

Sem acordo, estabilidade e jornada de trabalho serão decididas no voto

BRASÍLIA — As questões da estabilidade e da jornada de trabalho serão definidas no voto, não havendo mais qualquer possibilidade de consenso. Isto ficou claro, ontem, após duas reuniões de empresários e líderes do PMDB, nos gabinetes do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do Senador Albano Franco (PMDB-SE). Os partidos de esquerda e os "progressistas" do PMDB já estavam fora da negociação.

A partir de agora, cada grupo parte para a definição da sua tática, ainda muito inseguros sobre os votos que podem garantir na Comissão de Sistematização. As propostas já estão prontas. Os representantes dos empresários, como o Deputado Afif Domingos (PL-SP) e o Senador Albano Franco, Presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), defendem a proposta dos empresários gaúchos, que protege os trabalhadores contra demissões imotivadas, por intermédio do pagamento de uma indenização progressiva, proporcional ao tempo de serviço.

Os partidos de esquerda defendem o texto do projeto de Constituição, que prevê a estabilidade total a partir dos 90 dias de trabalho, mas admitem votar na proposta do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), mais viável de ser aprovada. Esta emenda estabelece a proteção ao contrato de trabalho pela proibição da demissão imotivada (não fundamentada em falta grave, motivo econômico intransponível ou força maior), sob pena de reintegração, ressalvados os contratos pré-fixados não superiores a dois anos, contratos de experiência não supe-



Amato, Ponte, Richa, Albano e Ulysses na última tentativa de acordo

riores a 90 dias, empresas com menos de dez empregados e exercício de cargo de confiança.

Os principais líderes do PMDB, incluindo o Líder em exercício na Constituinte, Euclides Scalco (PR), o Líder do Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e o Senador José Richa (PR), preferem o texto do primeiro substitutivo, que fixa o princípio da estabilidade, proibindo a demissão imotivada ou sem justa causa, mas deixa os detalhes para a legislação complementar ou ordinária. Após as reuniões de ontem, o Presidente da Fiesp, Mário Amato, ainda manifestou interesse em negociar.

— Não queremos ganhar a batalha. Queremos um acordo. É um

jogo de xadrez, e queremos que dê empate.

Amato deixou claro que os empresários não querem "um contrato indissolúvel, mas nem que o trabalhador seja demitido de maneira imotivada". No final, entretanto, reconheceu que "é muito difícil conciliar isto".

Fernando Henrique saiu do gabinete de Albano Franco desiludido quando à possibilidade de acordo. Seu objetivo era partir para a adesão dos partidos de esquerda ao texto do primeiro substitutivo.

— Se não conseguirmos isto, eles ganham — explicou, referindo-se aos empresários.

Mas este grupo não tinha certeza

sobre a vitória, como ficou provado após a saída dos líderes do PMDB. Ao avaliar o resultado da reunião, um dos empresários disse:

— O negócio é saber se temos 47 votos. Senão, temos que negociar.

Os representantes das esquerdas não receberam bem a proposta de Fernando Henrique. Eles não admitem votar no primeiro substitutivo.

— A estabilidade é uma questão política. Não podemos abrir mão. Se for o caso vamos apenas marcar posição — disse o Vice-Líder do PT José Genoino.

O Líder do PCB, Roberto Freire, não concorda com a proposta de simplesmente marcar posição. Acha que é preciso garantir algum avanço, mas também não aceita o primeiro substitutivo.

O mais provável é que a esquerda tente fazer passar a emenda do Diap. Se não conseguir, lutará simplesmente pela manutenção do texto do segundo substitutivo. Genoino lembra que quem quiser derrubar este texto tem que ter 47 votos. Depois, pergunta: "Será que os empresários têm?". Sem os votos dos líderes de Fernando Henrique, Richa e Scalco, ele acha que os empresários não conseguem este número.

Na questão da jornada de trabalho também não há entendimento. Os empresários já aceitam 44 horas, mas os representantes dos trabalhadores não abrem mão das 40 horas, admitindo apenas a implantação gradual, talvez em quatro anos. Mas a maior parte do PMDB também aceita as 44 horas, o que facilita muito os entendimentos.

Arinos se exalta na Sistematização

BRASÍLIA — Pela primeira vez, desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), usou suas prerrogativas regimentais para resolver uma questão de ordem que já estava em discussão há quase uma hora. Aos bravos, ele impediu que o Deputado José Costa (PMDB-AL), continuasse a debater e resolveu dar continuidade ao processo de votação.

— Não permito, não consinto. Ninguém desafia minha autoridade — gritou Arinos, ao negar a palavra ao parlamentar.

Comissão, em seis horas, só vota quatro parágrafos

BRASÍLIA — Após muita polêmica e poucos resultados, a reunião de ontem da Comissão de Sistematização concluiu a apreciação dos parágrafos 35 a 38 e só aprovou uma alteração ao texto original do Relator, após seis horas de votação. Nos parágrafos 36, 37 e 38, sobre os direitos à herança, do consumidor e à assistência religiosa, foram votados apenas três destaques, todos rejeitados.

Sobre o direito à herança, o Presidente da Comissão submeteu aos constituintes duas emendas frontalmente opostas. A primeira, do Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), queria acrescentar ao texto um dispositivo obrigando a aplicação de imposto progressivo sobre os bens herdados. O constituinte alegou que esta era uma forma de distribuição

de renda aplicada nos países capitalistas mais desenvolvidos. A tese foi contraditada por Cid Sabóia (PMDB-CE) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), argumentando de que deveriam ficar explicitados apenas os princípios gerais, já que a Carta dedica um capítulo inteiro à tributação.

No mesmo parágrafo, Délia Braz (PMDB-GO) propunha que a Constituição isentasse as heranças de qualquer tributo, sob o argumento de que esses impostos seriam um desestímulo à poupança, mas acabou desistindo da emenda, que não foi sequer colocada em votação.

As outras duas emendas votadas foram sobre o parágrafo 37, dos direitos do consumidor. A primeira, que suscitou uma polêmica regimental que se prolongou por quase duas

horas, foi da Deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que alterava o texto de acordo com sugestões dos Programas de Defesa do Consumidor estaduais e criava o Código de Defesa do Consumidor. Foi rejeitada por 72 votos a 14. A segunda, do Deputado José Lins (PFL-CE), foi rejeitada por 54 votos a 38.

Já depois das 20h, prazo previsto para finalizar a reunião, o Senador Jarbas Passarinho, exercendo a Presidência da Mesa, pediu que os constituintes votassem o único destaque requerido ao parágrafo 38, sobre o direito à assistência religiosa em hospitais e presídios. A emenda supressiva era do Deputado Aluizio Campos, que a retirou a pedido de seus colegas, em coro. A sessão foi encerrada às 20h10.

um apelo à Deputada Raquel Cândido (PMDB-RO) para que não aumentasse a discussão em torno da mesma questão de ordem, que já se prolongava por mais de uma hora.

— Tenho muita admiração pela eloqüência que marca a sua atuação, Deputada Raquel Cândido, mas preferia que a usasse daqui a pouco.

Não adiantou muito. Ela usou da palavra mesmo assim. No entanto, apesar do discurso inflamado de Raquel contra a influência da "beleza da Deputada Rose de Freitas" sobre meia dúzia de parlamentares, não chegou a pedir novamente que a votação se processasse.

DOS DIREITOS

Aprovados só mais 4 itens

BRASÍLIA — Com a votação de ontem, em que foram aprovados mais quatro dos 55 parágrafos — ainda faltam ser votados 18 — do Artigo 6º, Capítulo I dos Direitos Individuais e Coletivos, o texto do substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) ganhou a seguinte redação:

§ 35 — A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso.

§ 36 — é garantido o direito de herança.

§ 37 — O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores.

§ 38 — É livre a assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva, e será prestada sempre que solicitada pelo interessado.